

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 05 de julho de 2024 às 07h35
Seleção de Notícias

Economia & Negócios - Estadão | BR

Marco regulatório | INPI

Entenda por que a Kopenhagen perdeu o uso exclusivo da marca 'língua de gato'	3
CLAYTON FREITAS AUTOR	

Folha.com | BR

05 de julho de 2024 | Direitos Autorais

Projeto de IA deve ser votado na próxima semana sob ataque cerrado das big techs	5
FEED PATRÍCIA CAMPOS MELLO	

G1 - Globo | BR

Patentes

Edital disponibiliza R\$ 90 mil para incentivar a proteção de criações e invenções no Amapá	8
A.P.	

UOL Notícias | BR

Direitos Autorais

Sindicato dos Artistas avisa que vai processar a Globo	9
SPLASH	

Consultor Jurídico | BR

Marco regulatório | INPI

Modelo de negócio fracassado justifica rescisão de contrato de franquia	18
---	----

Agência Estado - Broadcast | BR

Arbitragem e Mediação

Broad Legal: Arbitragem não tem que resolver tudo e deve ser menos complexa, diz especialista	20
CADERNOS ECONOMIA MERCADOS	

MSN Notícias | BR

Marcas

Cristiano Ronaldo é acusado de 'marketing de emboscada' em jogo da Eurocopa; entenda o que significa	21
--	----

Entenda por que a Kopenhagen perdeu o uso exclusivo da marca 'língua de gato'



A Justiça Federal do Rio de Janeiro declarou nulo o registro feito pela Kopenhagen da marca "língua de gato". Agora, ela não detém mais exclusividade sobre a expressão, o que abre espaço para que outras marcas também lancem ou mantenham no mercado produtos que usam esses termos. O entendimento é questionado pela Kopenhagen, que promete recorrer da decisão.

Kopenhagen alega que, ao utilizarem o termo língua de gato, outras empresas querem se valer da história de sucesso do seu produto. Foto: Kopenhagen via kopenhagen.com.br

A autora da ação na Justiça foi a Cacau Show. A disputa começou depois que a Kopenhagen soube que a rival lançaria no mercado o panetone Miau, com a seguinte descrição: "panettone clássico com chocolate ao leite em formato de língua de gato". A Kopenhagen alegou que a concorrente queria se aproveitar da história de sucesso da marca.

Se valendo de registros feitos em 2016 da expressão "língua de gato" no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), a Kopenhagen vinha tomando medidas judiciais e extrajudiciais para barrar que outras empresas usassem o que ela considera a sua marca e que batiza um dos seus produtos, o chocolate "Língua de Gato". E não foi diferente com a tentativa de lançamento do panetone de língua de gato

to pela Cacau Show, que, em revide, entrou com a ação na Justiça Federal do Rio em setembro de 2020 defendendo que não só ela, mas todas as empresas poderiam usar o termo.

A Cacau Show disse à Justiça que o uso da expressão "língua de gato" para denominar um tipo de chocolate em formato oblongo (mais comprido do que largo) e achatado não pode ser de exclusividade da Kopenhagen, já que é usado em todo o mundo. A empresa argumentou ainda que o termo existe desde 1892 e é derivado do alemão, sendo utilizado por diversas marcas em vários países, inclusive antes dos registros da Kopenhagen.

Já a Kopenhagen defendeu que a marca "língua de gato" possui distintividade suficiente e que a decisão prejudicaria sua capacidade de proteger sua propriedade intelectual. Afirmou também que a Cacau Show estava se beneficiando da reputação construída pela Kopenhagen com a marca ao lançar produtos semelhantes.

Quase quatro anos após o início da ação, a juíza Laura Bastos Carvalho, da 12ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro, concordou com o argumento principal da Cacau Show, destacando que outras empresas brasileiras já utilizavam a expressão antes de 2016, o que evidencia seu caráter genérico e descritivo para o produto em questão. A decisão é da última segunda-feira, 1º. Com isso, o registro foi anulado.

Mas a disputa entre as empresas parece estar longe do fim. A Kopenhagen informou em nota distribuída à imprensa que continuará lutando judicialmente pa-

Continuação: Entenda por que a Copenhagen perdeu o uso exclusivo da marca 'língua de gato'

ra reverter a decisão, ressaltando que, até que o processo esteja concluído, mantém o direito exclusivo sobre o termo "língua de gato". Já a Cacau Show afirmou que a decisão terá um impacto significativo no mercado de chocolates no Brasil, sendo benéfica não apenas para ela, mas também para as demais empresas do setor. A Cacau Show também reforçou a necessidade de proteger apenas marcas

verdadeiramente distintivas e não genéricas.

Projeto de IA deve ser votado na próxima semana sob ataque cerrado das big techs

FEED



checo.

Plenário do Senado Federal durante sessão de
liberativa em junho

Plataformas não querem pagar **direitos** autorais sobre conteúdo usado para treinar modelos

São Paulo

O projeto de lei 2338/2023, que regulamenta o uso da inteligência artificial no país, deve ser votado em comissão no Senado na terça-feira (9), sob ataque cerrado das big techs. A votação já foi adiada inúmeras vezes e recebeu uma enxurrada de emendas de última hora dos senadores Marcos Ponte (PL-SP), Marcos Rogério (PL-RO), Carlos Portinho (PL-RJ), Izalci Lucas (PL-DF) e Laercio Oliveira (PP-SE), alinhados às plataformas.

As principais críticas referem-se ao pagamento de **direitos** autorais por conteúdo usado para treinar modelos de IA, a classificação de sistemas de recomendação como de "alto risco", o que exigirá que passem por auditorias para medir impacto potencial, e o estabelecimento de obrigações de transparência.

"Nós estivemos totalmente abertos a discussões com todos os setores. Mas algumas pessoas não estão interessadas em ajustes no texto, elas são contra a regulamentação e apostam no caos", disse à Folha o senador Eduardo Gomes (PL-TO), relator do projeto, de autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pa-

"A não regulamentação que temos hoje é uma forma de regulamentação -e não está funcionando para, por exemplo, atrair investimentos para setor", disse o senador que, durante reunião nesta quinta-feira (4), criticou o que chamou de "protelação e boicote" contra a lei.

Após uma maratona de negociações que varou a madrugada, Gomes costurou uma nova versão para o projeto e apresentou à comissão. O texto foi enxugado, e foram diluídas as obrigações das empresas de IA de explicar a usuários o funcionamento dos algoritmos. Também foram feitas mudanças que tornam mais difícil enquadrar sistemas de IA na categoria risco excessivo, que veda seu funcionamento.

Mas, apesar das pressões das big techs, foi mantida a previsão de pagamento de **direitos** autorais para uso de conteúdo em treinamento de modelos de IA, uma vitória dos artistas.

Empresas de inteligência artificial e organizações co-

Continuação: Projeto de IA deve ser votado na próxima semana sob ataque cerrado das big techs

mo a Abes (Associação Brasileira de Empresas de Software) e a Abese (Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança) divulgaram uma carta afirmando que o texto não estava "maduro" o bastante para ser votado.

Gomes ressaltou que o texto está em discussão há dois anos e já foi tema de mais de cem audiências públicas.

Segundo Gomes, a Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial (CTIA) deve votar o texto no dia 9, e o projeto segue para votação em plenário na semana do dia 15 -antes do recesso parlamentar.

"Não estamos maduros para tratar da parte de **direitos** autorais, poderíamos muito bem ter um projeto de IA sem tratar desse ponto", disse em audiência Felipe França, diretor do Conselho Digital, que representa as principais plataformas de **internet**.

França defende o PL 21/2020 da Câmara, relatado pela deputada Luísa Canziani (PSD-PR), que libera o uso de dados públicos para treinamento de modelos de IA.

Durante audiência pública no Senado, Igor Luna, consultor da Câmara Brasileira da Economia Digital, que representa empresas como Amazon, Google, Facebook, TikTok e X (ex-Twitter), ressaltou a dificuldade de calcular o valor dos **direitos** autorais a serem pagos e disse que o montante será imprevisível.

"EUA, Singapura, Japão e Israel permitiram treinamento de IA a partir de qualquer informação publicamente disponível. Esses países escolheram o progresso científico", disse.

Em vídeo postado no Instagram, Fabro Steibel, diretor-executivo do ITS (Instituto de Tecnologia e Sociedade), afirmou que o PL pode impedir o desenvolvimento de grandes modelos de linguagem em português.

"O projeto propõe que quem for fazer o treinamento dessa LLM com material em português terá que pagar **direito** autoral. Pagar **direito** autoral é muito importante, mas, da forma que está ali, torna quase inviável que pequenas e médias e startups desenvolvam esse tipo de tecnologia", disse Steibel. Segundo ele, há o risco de "a gente ficar sem inteligência artificial que fale as nuances do português".

Ele defende o chamado "fair use" para treinar modelos de IA em português, mesmo aqueles com fins comerciais, porque entende que se trata de interesse público. O fair use permite que se use conteúdo sem pagamento de **direitos** autorais, desde que sejam apenas pequenos trechos, que haja transformação e que não concorra com o conteúdo original.

Nos Estados Unidos, o New York Times está processando a OpenAI por ter usado o conteúdo do jornal para treinar seus modelos sem pagamento de direitos. A OpenAI argumenta que se trata de fair use.

Steibel acha que a cobrança de **direitos** autorais deveria se restringir às grandes empresas de IA, e não às pequenas e médias.

A Coalizão Direitos na Rede, que reúne inúmeras entidades da sociedade civil, defende a lei e diz que "atores contrários" são aqueles que "justamente se beneficiam deste cenário sem regras harmonizadas e previsibilidade jurídica, em detrimento da proteção de direitos humanos".

A Febraban se opunha ao texto, mas passou a apoiar, após ser retirado da lista de risco excessivo o uso de IA para avaliação da capacidade de endividamento e nota de crédito.

Já a CNI, que divulgou relatório sobre o assunto na quinta, acredita que a proposta tem escopo muito mais amplo que a de outros exemplos internacionais e pode sufocar a inovação.

Continuação: Projeto de IA deve ser votado na próxima semana sob ataque cerrado das big techs

Bruno Bioni, diretor-fundador do Data Privacy Brasil e consultor técnico do gabinete de Eduardo Gomes, acredita que o texto está equilibrado. "Uma primeira [proposta, o PL da Câmara] muito econômica -equivalente à desregular- e uma segunda que era fortemente prescritiva [dos juristas]. Esse novo

texto é uma espécie de meio do caminho."

Edital disponibiliza R\$ 90 mil para incentivar a proteção de criações e invenções no Amapá

A.P.



de Inovação e Modelo de Utilidade. Cada área poderá contemplar até três propostas com R\$ 30 mil para o processo de patenteamento.

ð² Siga as redes sociais do g1 Amapá e Rede Amazônica: Instagram, X (Twitter) e Facebookð² Receba no WhatsApp as notícias do g1 Amapá

Veja o plantão de últimas notícias do g1 Amapá

Interessados podem submeter propostas de 9 de julho a 12 de agosto pelo site da Fapeap. Documento vai selecionar nas áreas de Patente de Inovação e Modelo de Utilidade.

Está disponível o edital '**Patentes**' voltado para o financiamento de propostas de proteção de **propriedade** intelectual. A iniciativa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (Fapeap), disponibiliza R\$ 90 mil para startups e empresas com sede no estado.

Veja o edital da Fapeap

As inscrições iniciam na terça-feira (9) e seguem até o dia 12 de agosto pelo sistema Sigfapeap.

â para seguir o canal do g1 AP no WhatsApp

O edital vai fazer a seleção para duas áreas: Patente

Sindicato dos Artistas avisa que vai processar a Globo

SPLASH



O Sindicato dos Artistas e Técnicos do Rio (Satet/RJ) avisou que vai processar a Globo. A entidade decidiu enfrentar a emissora na Justiça por conta do baixo valor pago aos atores pelas reprises das novelas. Para Hugo Gross, presidente da instituição, a empresa trata a categoria com desdém.

"Vem tratando a categoria com muito desdém os profissionais que fizeram a emissora ser campeã de audiência", reclamou o ator, ao F5. O veterano disse que o trabalho e o **direito** autoral são "são direitos irrenunciáveis" e informou que o sindicato vai "lutar com unhas e dentes dentro da esfera judicial" pela causa dos artistas.



Cena da novela Família é Tudo - Globo

+ Mumuzinho expõe artistas que o deixaram na mão durante gravação de DVD: "Vão ver"

continua depois da publicidade

+ Mel Maia abre o jogo sobre suposto vídeo íntimo vazado: "Vai ser assim agora"

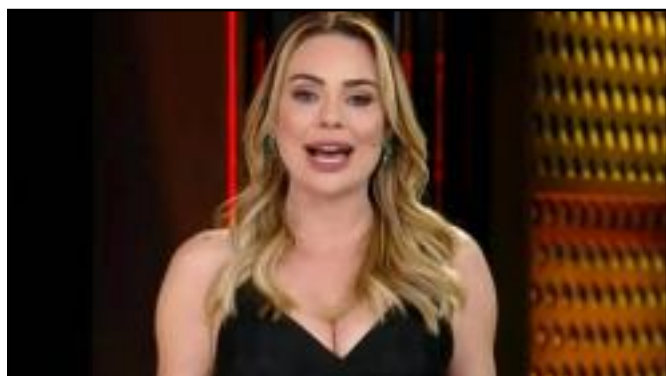


MC Daniel - Como assim?

Nos últimos dias, um comentário de Mateus Solano, que não tem mais contrato fixo com a Globo desde o ano passado, repercutiu. O ator, que interpretou um dos protagonistas de Viver a Vida (2009), trama que voltará ao ar, ironizou: "Quanto será que o Canal Viva vai faturar? E nós, os intérpretes? **Direito** autoral não é favor".

Já Sérgio Marone, se uniu ao colega de profissão e também expôs sua indignação. "Novelão! Que também fez sucesso por causa dos atores. Quanto será que os atores vão ganhar com essa reexibição? Por que o canal Viva vai faturar bastante", apostou.

Continuação:
Sindicato dos Artistas avisa que vai processar a Globo



Rachel Sheherazade na GGrande Conquista 2 Audiências 03/07/2024



Cena da novela Família é Tudo Globo



Tetê Medina Luto

continua depois da publicidade

Globo é alvo constante de reclamações

Além de Mateus Solano e Sérgio Marone, diversos ex-atores da Globo já reclamaram publicamente dos baixos valores que recebem quando algum trabalho é reprisado ou vendido para outros países (direitos conexos). Há quatro anos, Maria Zilda contou que recebeu R\$ 237,40 pela reexibição de Selva de Pedra no Viva.

"Quando o Viva inaugurou, o canal não tinha patrocinador, não tinha anunciante. Então, eu entendia eles não pagarem. Depois, começaram a ter comerciais e anunciantes, só que continuaram sem pagar", pontuou a veterana.

A Globo já se manifestou sobre o assunto e afirmou que é defensora dos **direitos** autorais: "A Globo efetua todos os pagamentos referentes aos **direitos** autorais e conexos devidos a autores, diretores e atores, em obras reexibidas ou exibidas nos canais pagos e no Globoplay, de acordo com os contratos celebrados com cada um".

continua depois da publicidade

"Reconhecendo a importância da preservação dos direitos de propriedade intelectual, dos quais é uma grande defensora", completava a nota.

Continuação:
Sindicato dos Artistas avisa que vai processar a Globo



Glória Perez *Exclusivo*



Cena da novela Família é Tudo *Globo*



Guga Chacra *Clima bom*

Continuação:
Sindicato dos Artistas avisa que vai processar a Globo



Vizinhas



Só alegria



Os dois lados

Continuação:
Sindicato dos Artistas avisa que vai processar a Globo



Maravilhosa



Clima ruim



Vem aí

Continuação:
Sindicato dos Artistas avisa que vai processar a Globo



Gênio



Eita!



Como assim?

Continuação:
Sindicato dos Artistas avisa que vai processar a Globo



Ana Paula Oliveira



Direto e reto



No ar há 22 anos

Continuação:
Sindicato dos Artistas avisa que vai processar a Globo



Bolo e guaraná



Como assim?



Promete, hein?

Continuação:
Sindicato dos Artistas avisa que vai processar a Globo



No Encontro

Modelo de negócio fracassado justifica rescisão de contrato de franquia



Se for comprovada a falta de know how de uma franqueadora e também a sua incapacidade de prover um modelo de negócio lucrativo, terá razão o franqueado em

BARCA FURADA Modelo de negócio ruim justifica rescisão de contrato de franquia

Se for comprovada a falta de know how de uma franqueadora e também a sua incapacidade de prover um modelo de negócio lucrativo, terá razão o franqueado em solicitar na Justiça a rescisão do contrato por culpa da outra parte.

Comesse entendimento, o juiz Leandro Borges de Figueiredo, da 8ª Vara Cível de Brasília, declarou rescindido o contrato de um franqueado com uma rede de óticas.

O franqueado foi à Justiça pedir a nulidade do contrato e, subsidiariamente, sua rescisão por culpa da franqueadora, alegando a não assinatura da Circular de Oferta de Franquia (COF); que o registro de marca da franqueadora no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) foi indeferido; que a empresa desrespeitou a exclusividade de exploração comercial; e que ela violou os deveres de informação e assistência necessários ao bom cumprimento do contrato.

Em sua defesa, a franqueadora alegou que, embora a COF não tenha sido assinada, não era o caso de nulidade do contrato; que tenta anular o indeferimento da marca pelo **INPI**; que não existe concorrência desleal; e que tem prestado a assistência técnica devida aos franqueados.

Modelo experimental

O juiz desconsiderou o pedido de nulidade do contrato, uma vez que a COF foi apresentada ao franqueado, mas entendeu que o autor da ação tinha razão em pedir rescisão contratual por culpa da franqueadora, já que o modelo de negócio dela, de óticas móveis, não se mostrou rentável. A proposta não havia sido experimentada anteriormente e estava sendo desenvolvida apenas a partir das franquias já vendidas, segundo observou o julgador.

"O autor demonstrou também, através de sua narração inicial, os problemas da franqueadora, sua falta de organização, já que pedidos não são atendidos na forma como requeridos, com mudanças unilaterais dos produtos e cobranças excessivas por parte da ré", escreveu o juiz, que ainda condenou a empresa ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que foram fixados em 10% do valor da causa.

Atuou na ação o advogado Leonardo Vieira, sócio do escritório Vieira e Serra. "O empresário precisa estar muito atento ao compromisso que se firma para com a outra parte, cujos termos precisam ser muito bem delineados e delimitados pelo contrato, a fim de resguardar os direitos e obrigações celebrados", comentou ele.

Continuação: Modelo de negócio fracassado justifica rescisão de contrato de franquia

Processo 0728541-27.2023.8.07.0001

Paulo BatistellaÉ Repórter Da Revista

Broad Legal: Arbitragem não tem que resolver tudo e deve ser menos complexa, diz especialista

CADERNOS

Por Carolina Maingué Pires*

Ainda que as resoluções de conflitos em câmaras de **arbitragem** sejam consideradas mais ágeis que os processos judiciais, há casos "excessivamente complexos", avalia a presidente honorária do Conselho Internacional de **Arbitragem** Comercial (ICCA, na sigla em inglês), Gabrielle Kaufmann-Kohler. Segundo ela, a missão da **arbitragem** é oferecer uma solução às partes, "sem precisar, necessariamente, endereçar todos os fatos".

Árbitra e professora emérita da escola de Direito da Universidade de Geneva, Kaufmann-Kohler falou nesta quinta-feira, 20, na 14ª edição da Conferência Latino-Americana de **Arbitragem** (CLA), no Rio de Janeiro. O evento é organizado pelo Centro de **Arbitragem** e **Mediação** da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC) e tem como objetivo dar mais visibilidade para as vantagens da **arbitragem** na resolução de disputas no Brasil e no mundo.

Em 2023, a média de duração dos processos analisados pelo CAM-CCBC foi de 21 meses. Em com-

pensação, o relatório Justiça em Números do ano passado, elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), apontou que o tempo médio decorrido entre o recebimento de uma ação judicial até o julgamento é de 2 anos e 5 meses no 1º grau.

Ainda assim, "as audiências tendem a ser longas e os argumentos orais duram horas", apontou Kaufmann-Kohler, que disse acreditar que essa percepção pode produzir efeitos negativos nos legisladores e nos tribunais.

"Alguns processos são inerentemente complexos, mas outros são conduzidos de forma a incentivar uma complexidade que não existe", afirmou. Como possíveis soluções para isso, ela propõe limitar o número de pedidos de documentos pelas partes e que as audiências só aconteçam "quando realmente necessário".

Contato: carolina.pires@estadao.com

*A repórter viajou a convite do Centro de **Arbitragem** e **Mediação** da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC)

Cristiano Ronaldo é acusado de 'marketing de emboscada' em jogo da Eurocopa; entenda o que significa

Quer se manter informado, ter acesso a mais de 60 colunistas e reportagens exclusivas? Assine o Estadão aqui!

O nome de Cristiano Ronaldo está envolvido em uma polêmica. O craque da seleção de Portugal foi acusado de praticar "**marketing** de emboscada" em jogo da Eurocopa. Mas o que seria isso?

Essa é uma prática utilizada por empresas para se associar a grandes eventos, mas sem precisar pagar por isso. Ou seja, sem ter os direitos oficiais de patrocínio.

Em seu X, antigo Twitter, o ex-chefe de patrocínios globais da Visa e da Coca-Cola, Ricardo Fort, acusou Cristiano Ronaldo de promover o "**marketing** de emboscada" no jogo contra a Eslováquia, pelas oitavas de final da Eurocopa.

Na ocasião, Cristiano Ronaldo utilizou um relógio que monitorou seu desempenho durante o jogo. A Whoop, responsável pela criação do dispositivo, postou em suas redes sociais um gráfico com a frequência cardíaca do atacante durante a disputa de penaltis.

"Quando você é @Cristiano, não há medo no futebol. Veja como CR7 entrou em estado de fluxo e diminuiu a frequência cardíaca momentos antes de mu-

dar o ímpeto da partida contra a Eslovênia. Nos vemos nas quartas de final, Portugal!", escreveu a Whoop.

De acordo com Ricardo Fort, a prática é ilegal porque a empresa está insinuando uma ligação com o evento (Eurocopa), que possui os patrocinadores oficiais, para se promover.

"Este gráfico está circulando hoje. Cristiano e WHOOP são um (exemplo) de **marketing** de emboscada para a Euro 2024. É ilegal, e tanto o jogador quanto a empresa devem ser multados. O post é sobre uma partida da UEFA, usa o nome das duas seleções que jogam, placar e um jogador em campo. Eles estão insinuando uma associação com o evento e isso é ilegal", afirmou Fort.

Se o caso for investigado pela Uefa, Cristiano Ronaldo e Whoop podem ser punidos. Na Eurocopa de 2012, o atacante dinamarquês Nicklas Bendtner mostrou a marca da cueca ao comemorar um gol e recebeu uma multa de 80 mil libras, além de ser suspenso por um jogo pela seleção.

Com ou sem o relógio, Cristiano Ronaldo vai estar em campo nesta sexta-feira, 5, quando Portugal e França se enfrentam pelas quartas de final da Eurocopa.

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | INPI
3, 18

Direitos Autorais
5, 9

Propriedade Intelectual
8

Patentes
8

Arbitragem e Mediação
20

Marcas
21